

CONTRATO CEDAE N.º 036 /2019 (DPE)

que entre si celebram a **COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS –
CEDAE** e a **TIM S/A**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, Sr. JOSÉ PINHEIRO FILHO, doravante denominada **CEDAE**, e a **TIM S/A**, sediada na Rua Fonseca Teles, nº 18, São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, CEP nº 20.940-200, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.421.421/0001-11, neste ato por meio de seus Procuradores ao final assinados, Sr. BERNARD HESKIA ZEITUNE, brasileiro, engenheiro eletricitista, portador da Carteira de Identidade nº 020206306-1 (SSP-RJ), inscrito no CPF sob o nº 101.984.957-65 e Sr. SANDRO MARQUES BARBOSA COUTINHO, brasileiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 007415718-1 (SSP/RJ), inscrito no CPF sob o nº 072.582.787-45, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.608/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 604/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 13.303, de 30 de Junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.250, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, e na Lei Complementar Federal nº 123/2006, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no edital de licitação e seus anexos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a execução de “**SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO PARA RECEPÇÃO E DIRECIONAMENTO AUTOMÁTICO DE CHAMADAS TELEFÔNICAS, ORIGINADAS POR CHAMADAS LOCAIS E INTRA-REGIONAIS COM TARIFAÇÃO REVERSA, NA MODALIDADE DDG (DISCAGEM DIRETA GRATUITA)**” conforme Pregão Eletrônico nº 604/2018.

Parágrafo Único - Inserem-se no escopo desta contratação, embora não transcritos, o detalhamento contido nos Anexos do Edital de Licitação por **Pregão Eletrônico nº. 604/2018**, bem como a proposta da contratada, autuada às fls. 342/343.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

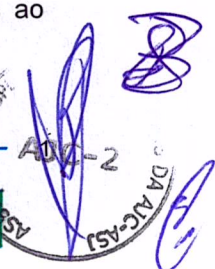
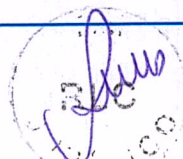
Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;
- c) Exercer a fiscalização do contrato; e
- d) Aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas nos documentos anexos ao Edital que ensejou a presente contratação - **Pregão Eletrônico nº 604/2018**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor;



- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da **CEDAE**, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução dos serviços, responsabilizando-se, perante terceiros e **CEDAE**, pelos prejuízos decorrentes;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços; e
- j) Demonstrar, apenas quando possuir mais de 100 (cem) empregados alocados a este contrato, o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos:
- 1) até 200 empregados = 2%;
 - 2) de 201 a 500 empregados = 3%;
 - 3) de 501 a 1.000 empregados = 4%;
 - 4) de 1.001 em diante = 5%.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de **24 (vinte e quatro) meses** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

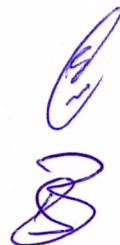
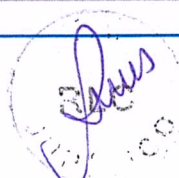
Parágrafo Único - Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência, desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de **2019**, assim classificadas:

Fonte: 10
Código Orçamentário: 33903906
Programa de Trabalho: 2200028021
Conta Contábil: 411110308
Centro de Custos: DE05050000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000477

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO



A presente contratação será realizada em regime de execução por preço unitário sendo o seu valor total de **R\$ 898.793,19 (oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e três reais e dezenove centavos)**, conforme tabela abaixo:

TIPO DE SERVIÇO	Preço (minuto)	Tráfego 24 Meses (minutos)	Custo Total 24 Meses
Tráfego Origem Fixo-Fixo Local	R\$ 0,036	6.521.993	R\$ 234.791,74
Tráfego Origem Fixo-Fixo LDN	R\$ 0,051	418.649	R\$ 21.351,09
Tráfego Origem Móvel VC1	R\$ 0,047	12.856.060	R\$ 604.234,82
Tráfego Origem Móvel VC2	R\$ 0,047	817.352	R\$ 38.415,54
TOTAL GERAL:			R\$ 898.793,19

Parágrafo Primeiro - O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo - É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

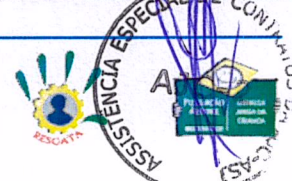
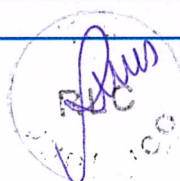
Parágrafo Quarto - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários..

Parágrafo Sexto - A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sétimo - Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "j" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE



A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Terceiro - A contratada deverá apresentar mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

a. Medição/detalhamento do serviço prestado;

b. Declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "j", deste instrumento; e

Parágrafo Quarto - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

Parágrafo Quinto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima terceira.

Parágrafo Sexto - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

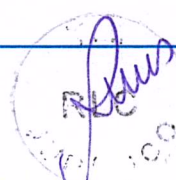
A **CEDAE** pagará mensalmente, em 24 (vinte e quatro) parcelas, à **CONTRATADA** o valor dos serviços executados no período, observando, como limite, os valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRABESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final de cada período de 30 (trinta) dias, cujos percentuais se limitarão aos valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de **até 30 (trinta) dias** contados de cada período de **adimplemento**, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

Parágrafo Quarto - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).



Parágrafo Quinto - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada (ver cláusula oitava) impedirá a concessão do atesto, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

Parágrafo Sexto - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

Parágrafo Sétimo - Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

Parágrafo Oitavo - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

Parágrafo Nono - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada 12 meses pelo IST – Índice de Serviços de Telecomunicação, iniciando-se a contagem deste prazo a partir da data de apresentação da proposta (I₀), conforme expressão matemática a seguir

$$R = \frac{Po [I - I_0]}{I_0}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = Índice IST correspondente ao mês do reajustamento

I₀ = Índice IST correspondente a data da apresentação da proposta.

a) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.

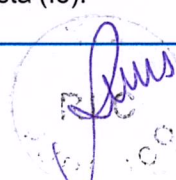
b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à fatura dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

Parágrafo Segundo - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da **CONTRATADA** dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da **CEDAE**, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

Parágrafo Terceiro - A inércia da **CONTRATADA** em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

Parágrafo Quarto - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta (I₀).



Parágrafo Quinto - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

Parágrafo Sexto - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

Parágrafo Primeiro - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

Parágrafo Segundo - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Terceiro - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Quarto - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

Parágrafo Quinto - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000,000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multiriscos básico**, que conterá as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

Parágrafo Sexto - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

Parágrafo Sétimo - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Nono - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Décimo - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

Parágrafo Décimo Primeiro - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo Segundo - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a cessão, a sub-rogação ou subcontratação dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a **CEDAE** por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CEDAE**, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da **CEDAE**.

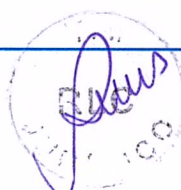
Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- ii) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) Não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima segunda, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da **CEDAE**, observando o seguinte:

- i) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de não apresentação da documentação prevista na cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.



Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima segunda, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - Ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II - Acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III - Decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A **CEDAE** se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único - Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro - As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo - A existência de matriz de risco para esta contratação impedirá a celebração de aditivo para os eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de Parecer Circunstanciado para Aceitação Provisória (doc. ref. Anexo VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo Primeiro - A competência para a emissão do Parecer Circunstanciado para Aceitação Provisória será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

Parágrafo Segundo - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

Parágrafo Terceiro - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

Parágrafo Quarto - Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do Termo de Aceitação Provisória (doc. Ref. Anexo I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

(I) A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

(II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

(III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

(IV) Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

(V) A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.

(VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

(VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

(VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

(IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.

(X) O procedimento mencionado acima poderá ser dispensado quando a contratação não ultrapassar o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ou quando se referir a serviços técnicos

profissionais listados no art. 30, inciso II da Lei 13.303/2016, casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

Parágrafo Quinto— A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do Termo de Aceitação Definitiva (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

Parágrafo Segundo - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro - De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto - No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

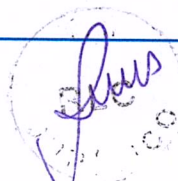
Parágrafo Sexto - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo - A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE - LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the right side of the page and smaller ones at the bottom right.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da **CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

Parágrafo Décimo Quinto - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da **CONTRATADA**, o edital da licitação por **Pregão Eletrônico - PE nº 604/2018 - ASL-DP (Processo E-07/100.608/2018)** e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos bem como o Acordo de Nível de Serviço - ANS e a Matriz de Riscos Contratuais parte integrante do presente contrato - Anexos A e B respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.


CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

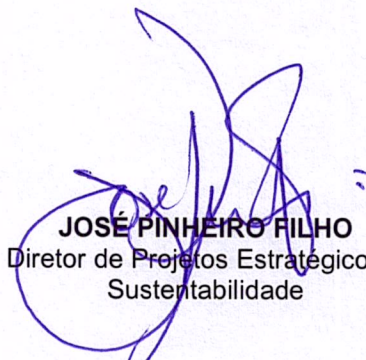
E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 15 de AbriL de 2019

Pela **CEDAE**:



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

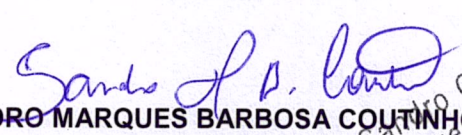


JOSÉ PINHEIRO FILHO
Diretor de Projetos Estratégicos e
Sustentabilidade

Pela **CONTRATADA**:



BERNARD HESKA ZEITUNE
Procurador



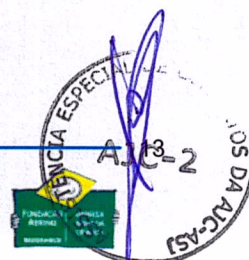
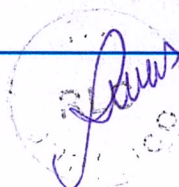
SANDRO MARQUES BARBOSA COUTINHO
Procurador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

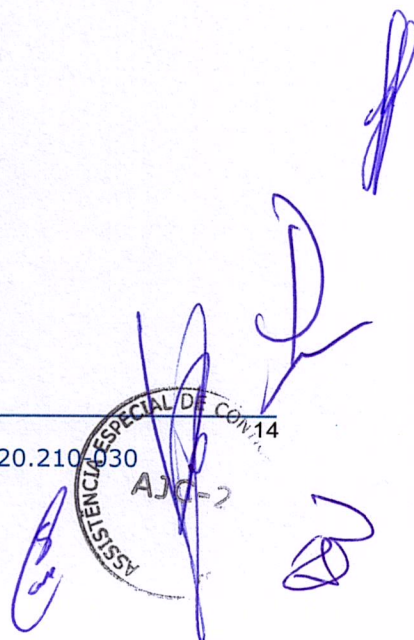
Ref. Contr-TIM-SA-contratação-de-serviço-de-telecomunicação-para-recepção-e-direcionamento-automatico-PE-604-2018-VBO.



ANEXO A

AO CONTRATO Nº 036 / 2019.
MATRIZ DE RISCOS CONTRATUAIS

ASSISTÊNCIA ESPECIAL DE CONV. 14
AJC-2



Apresentação da matriz de riscos com identificação dos riscos contratuais específicos a ele associados e a determinação da parte a quem eles serão alocados.

Neste tipo de prestação de serviços, existe o risco, de pequena probabilidade, de problemas de operação por parte da Operadora Contratada, deixando nossos Consumidores no Estado do Rio de Janeiro, sem comunicação via telefonia, restando, neste caso, as lojas comerciais como opção.

Para emergências, envolvendo acidentes com tubulações de água ou esgoto, fora do horário comercial de atendimento, não haveriam outras opções para o Consumidor, a não ser através do Site da **CEDAE**.

Falamos de pequena probabilidade, devido a não termos tido qualquer inoperabilidade neste sistema, durante os quase dois anos de contrato vigente.

Apenas quanto aos impactos, dentro e fora do horário comercial, não temos como determinar um valor, visto que não temos alçada para fazermos avaliação sobre impactos, entre outros, envolvendo:

- Acidentes com Redes de Água;
- Acidentes com Redes de Esgoto;
- Prejuízos financeiros, devido à falta de atendimento para assuntos comerciais;
- Penalizações, por falta de atendimento, imputadas pela AGENERSA;
- Penalizações, por falta de atendimento, imputadas pelo PROCON;
- Danos à imagem da CEDAE, perante a população do Estado do RJ.

Trata-se assim de Matriz de Risco, caso necessária, a ser realizada por diversos Setores da CEDAE, em Trabalho de Equipe, envolvendo a Diretoria da Presidência - DP, a Diretoria de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade - DE, a Diretoria de Produção e Grande Operação - DG, a Diretoria de Distribuição e Comercialização Metropolitana - DM e Diretoria de Distribuição e Comercialização do Interior - DI.

ANEXO B

AO CONTRATO Nº 036 / 2019.
ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS

1. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO:

1.1. O prestador de serviço deverá disponibilizar um único acesso a central de atendimento (Help-Desk) através de um número 0800, que deverá ser informado na proposta.

1.2. Após a abertura de chamado, o prestador de serviço terá os prazos constantes no item 1.6, para atendimento e resolução do problema, contados a partir da abertura do chamado. Caso necessário, o prestador de serviço deverá executar atendimentos nos locais de instalação (on site) obedecendo aos mesmos prazos definidos no item 1.6.

1.3. A Empresa vencedora deverá manter Suporte Técnico com os atendimentos realizados por telefone DDG (Discagem Direta Gratuita) 0800 e via Internet, quando necessário, em horário comercial. O nível de suporte técnico, de caráter preventivo e corretivo, deverá ser prestado de forma a assegurar os níveis de disponibilidade para manter os serviços em perfeitas condições de uso.

1.4. A assistência técnica prestará atendimento direto no local (On-site), obrigatoriamente no endereço indicado neste Termo de Referência, quando não for possível resolver o problema remotamente.

1.5. O atendimento direto no local (On-site) deverá ocorrer inclusive nos finais de semana e feriados;

1.6. A prestação de atendimento direto no local (On-site) deverá ser categorizada em três níveis e condições, com atribuições de Graus para o caso de não atendimento, conforme Sistema de Pontuação (1.13):

1.6.1. **Urgente:** O serviço encontra-se **totalmente paralisado**. Neste caso, o pedido de serviço será atendido em até 02 (duas) horas **corridas**, contadas após a comunicação do problema e solicitação dos serviços.

1.6.2. **Grave:** O serviço encontra-se **gravemente prejudicado**, ou seja em precário funcionamento, sendo considerado para tanto o percentual de 60 % (inclusive) ou mais do sistema paralisado. Neste caso, o retorno e atendimento do chamado ocorrerão em até 04 (quatro) horas **corridas**, contadas após a comunicação do problema e solicitação dos serviços.

1.6.3. **Não Crítica:** O serviço acha-se **em condições não significativamente restritivas ao seu uso**. Neste caso, o retorno e atendimento do chamado ocorrerão em até 08 (oito) horas **corridas**, contadas após a comunicação do problema e solicitação dos serviços.

1.7. Todos os prazos serão considerados após a abertura do chamado técnico pela **CEDAE**, independente do meio utilizado.

1.8. Ao final de cada visita, o(s) representantes técnico(s) da contratada entregará(ão) à Comissão de Fiscalização da **CEDAE** (Presidente da Comissão e/ou Membros) um relatório circunstanciado do atendimento, mencionando: data e hora de abertura do chamado técnico, número do chamado técnico, data e hora do primeiro atendimento, os defeitos verificados, as providências adotadas, as recomendações e orientações técnicas e demais datas e horários necessários ao acompanhamento dos trabalhos executados, com assinatura e carimbo de representantes do Departamento de Telecomunicações da **CEDAE**.

1.9. Para a execução de atendimentos técnicos será necessária a autorização da **CEDAE**, ou seja, serão vedadas as visitas técnicas não programadas.

1.10. Fica vedada toda e qualquer instalação ou desinstalação, em qualquer época, de quaisquer equipamentos ou meios de infraestrutura que não façam parte da solução contratada.

1.11. Todos os serviços deverão ser executados por técnicos da Empresa vencedora e/ou contratados de forma terceirizada, devidamente qualificados, uniformizados e identificados nos padrões da empresa a que pertencem.

1.12. Da Faixa de Ajuste no Pagamento:

1.12.1. A depender da pontuação acumulada pela Contratada ao longo do mês em faturamento, serão realizados

descontos na fatura mensal devida pela CEDAE, escalonando-se os percentuais de dedução, conforme abaixo:

GRAUS DE CORRESPONDÊNCIA (*):

- 1..... 1 %
- 2..... 2 %
- 3..... 3 %
- 4..... 4 %
- 5..... 5 %

(*) Percentual ACUMULATIVO referente ao valor da fatura do mês correspondente à ocorrência.

1.13. Do Sistema de Pontuação:

1.13.1. O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência;

1.13.2. As ocorrências são dispostas em cinco níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível, uma pontuação determinada, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Não observar as determinações da CEDAE quanto à apresentação e circulação de seus empregados nos prédios - Por ocorrência.	1
2	Atribuir a execução dos serviços a pessoas não identificadas previamente pela contratada junto ao órgão fiscalizador - Por ocorrência.	2
3	Não cumprir qualquer outra exigência ou obrigação contratual, ou legal, ou incorrer em qualquer outra falta para a qual não se previu multa - Por ocorrência.	2
4	Não disponibilizar a conexão de todos os serviços contratados dentro do prazo estabelecido no contrato/proposta - Por dia de atraso.	3
5	Não recolocar o serviço em funcionamento dentro do prazo estabelecido no item 14.6 - Por hora ou fração de atraso.	4
6	Não cumprir instrução do órgão Fiscalizador para a execução dos serviços - Por ocorrência.	5

1.13.3. Em caso de reincidência das infrações, dentro de um período de 60 dias corridos, será aplicado o **dobro** da multa prevista.

1.13.4. Sobre o processo de controle dos critérios das penalidades citadas acima, será efetuado pelo gestor desse contrato, que acionará a contratada por meio de documentação formal estabelecida pelas normas da CEDAE.

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019

* A Pregoeira da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico nº 003/2019 fora considerado **DESERTO**, pela ausência de licitantes interessados. **PROCESSO Nº E-12/079/0332/2019**
* Omite o D.O. 18/04/2019.

Id: 2176375

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS,
PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES
PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo de Celebração de Acordo de Cooperação Técnica 2019. **PARTE:** Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ e CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS NO ENSINO DO DIREITO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CEPED/IDUERJ. **OBJETO:** Compartilhamento de recursos e realização conjunta de atividades acadêmicas de aperfeiçoamento, treinamento e pesquisa para fins de capacitação dos membros da Fundação CEPERJ, dos servidores do Estado do Rio de Janeiro e membros docentes e discentes da Universidade Paroaria. **VIGÊNCIA:** trinta e seis meses, dando-se ao contrato o prazo total de trinta e seis meses. **VALOR:** sem ônus financeiro. **FUNDAMENTO DO ATO:** Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e Lei Federal nº 13.019/2014, artigo 30, inciso VI. **DATA DA ASSINATURA:** 01/04/2019. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-12/218/0288/2019.**

Id: 2176399

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS,
PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES
PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo de Celebração de Acordo de Cooperação Técnica 2019 - PARTES: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ e ORGANIZAÇÃO HELIO ALONSO DE EDUCAÇÃO E CULTURA OHAEC - FACULDADES INTEGRADAS HELIO ALONSO - FA-CHIA. **OBJETO:** Compartilhamento de recursos e realização conjunta de atividades acadêmicas de aperfeiçoamento, treinamento e pesquisa para fins de capacitação dos membros da Fundação CEPERJ, dos servidores do Estado do Rio de Janeiro e membros docentes e discentes da Faculdade Paroaria. **VIGÊNCIA:** vinte e quatro meses, dando-se ao contrato o prazo total de vinte e quatro meses. **VALOR:** sem ônus financeiro. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-12/218/0294/2019.** **FUNDAMENTO DO ATO:** Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e Lei Federal nº 13.019/2014, artigo 30, inciso VI. **DATA DA ASSINATURA:** 02/04/2019.

Id: 2176400

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEAD nº 038/2018 (DPE). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEAD e a TIM S/A. **OBJETO:** SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO PARA RECEPÇÃO E DIRECIONAMENTO AUTOMÁTICO DE CHAMADAS TELEFÔNICAS, ORIGINADAS POR CHAMADAS LOCAIS E INTRA-REGIONAIS COM TARIFAÇÃO REVERSA, NA MODALIDADE DOG (DISCAMM DIRETA GRATUITA). **PRazo:** 24 (vinte e quatro) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 898.793,19 (oitocentos e noventa e oito mil setecentos e noventa e três reais e dezesseis centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 15/04/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.608/2018 (Pregão Eletrônico nº 604/2018).

Id: 2176531

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEAD nº 128/2018 (DF). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEAD e a PETRA AGREGADOS RJ LTDA. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de fornecimento. **PRazo:** 90 (noventa) dias. **VALOR:** Sem alteração do valor contratual. **DATA DE ASSINATURA:** 12/04/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.018/2017 (Pregão Eletrônico nº 342/2018 - DF).

Id: 2176278

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN nº 002/2019-ASL-1.1
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CADASTRO COM CONVERSO DE DADOS.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe que seria realizada em 25/04/2019 fica adiada "sine die".

Id: 2176465

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

EDITAL

OS CONTRIBUINTES, abaixo, ficam notificados da lavratura dos autos de infração por infração à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste Edital, com redução do valor da multa de 50% (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração. Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 51/2019.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFE - 00.01 - BARREIRAS, TRANSITO E TRANSPORTES
Av. Presidente Vargas, 670/ 2º andar - Centro - CEP 20.071-001
Rio de Janeiro - RJ

CLEVERSON CLERIO CAMPOS

CPF 669.555.057-34 - Processo nº E-04/211/001487/2019
Auto de Infração nº 03.582877-1, de 21/01/2019
Valor reclamado: R\$ 2.379,45.

REPARTIÇÃO FISCAL
AFR - 17.01 - DUQUE DE CAXIAS
Av. Doutor Manuel Teles, nº 77, Sij Centro - CEP 25010-090
Duque de Caxias - RJ

CUSTODIO FORTUNATO BISPO
CPF 34.629.977-26 - Processo nº E-04/211/001648/2019
Auto de Infração nº 03.584635-1, de 23/01/2019
Valor reclamado: R\$ 4.941,47.

REPARTIÇÃO FISCAL
PCF - 99.12 - 01 NHANGAPI
Rodovia Presidente Dutra, Km 324, CEP 27580-000 Itaiaia - RJ

AD PORTAS E JANELAS EIRELI
CNPJ 5.597.214/0001-00 - Processo nº E-04/211/003210/2019
Auto de Infração nº 03.581181-9, de 11/02/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

ADRIANO LINDO DOS SANTOS
CNPJ 13.611.387/0001-64 - Processo nº E-04/211/004065/2019
Auto de Infração nº 03.589629-9, de 20/02/2019
Valor reclamado: R\$ 2.174,00.

ADRIANO LINDO DOS SANTOS
CNPJ 13.611.387/0001-64 - Processo nº E-04/211/004063/2019
Auto de Infração nº 03.585148-4, de 20/02/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

AR DE QUEIROZ TRANSPORTES
CNPJ 17.222.595/0001-77 - Processo nº E-04/211/003457/2018
Auto de Infração nº 03.581490-4, de 24/12/2018
Valor reclamado: R\$ 1.482,25.

JOSE LUIZ DE GODOY JUNIOR
CNPJ 16.491.280/0001-16 - Processo nº E-04/211/003815/2019
Auto de Infração nº 03.586713-4, de 18/02/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL
PCF - 99.13 - 02 MORRO DO COCO
Funcionando em Local Provisório

A P F DE MOURA
CNPJ 28.927.845/0001-46 - Processo nº E-04/211/001178/2019
Auto de Infração nº 03.583348-2, de 18/01/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

MULCULINO ALVES PINTO
CPF 530.824.946-68 - Processo nº E-04/211/000003/2019
Auto de Infração nº 03.582699-9, de 01/01/2019
Valor reclamado: R\$ 2.632,19.

ODILON GIMENES DE LACERDA
CPF 20.334.757-94 - Processo nº E-04/211/001086/2019
Auto de Infração nº 03.576884-5, de 16/01/2019
Valor reclamado: R\$ 1.808,99.

VIVE MADEIRAS
CNPJ 13.219.551/0001-19 - Processo nº E-04/211/000915/2019
Auto de Infração nº 03.584452-1, de 14/01/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL
PCF - 99.19 - 04 LEVY GASPARIAN
Rua Anísio Torres 1 (Prox. Rod. BR 040 Km 6,5) Comendador Levi Gasparian, RJ CEP 25870-000

VALLOS TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
CNPJ 5.906.784/0001-35 - Processo nº E-04/211/001726/2019
Auto de Infração nº 03.584652-6, de 24/01/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

Id: 2176235

EDITAL

OS CONTRIBUINTES, abaixo, ficam notificados da lavratura dos autos de infração por infração à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste Edital, com redução do valor da multa de 50% (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração. Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 54/2019.

REPARTIÇÃO FISCAL
AFR - 10.01 - CAMPOS DOS GOYTACAZES
Av. Alberto Torres, 82 Centro - CEP 28010-117
Campos dos Goitacazes - RJ

VALERIA TAVARES GOMES RIBEIRO
CNPJ 14.318.403/0001-02 - Processo nº E-04/034/003961/2013
Auto de Infração nº 03.414535-6, de 26/03/2013
Valor reclamado: R\$ 4.115,29.

REPARTIÇÃO FISCAL
AFR - 64.12 - SUL
Rua da Passagem, 72 A, Botafogo - CEP 22290-030 Rio de Janeiro - RJ

START COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA EPP
Inscrição Estadual 79.847.780 - Processo nº E-04/211/002784/2019
Auto de Infração nº 03.586892-4, de 05/02/2019
Valor reclamado: R\$ 1.822,61.

START COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA EPP
Inscrição Estadual 79.847.780 - Processo nº E-04/211/002803/2019
Auto de Infração nº 03.584428-1, de 05/02/2019
Valor reclamado: R\$ 1.710,54.

REPARTIÇÃO FISCAL
PCF - 99.12 - 01 NHANGAPI
Rodovia Presidente Dutra, Km 324, CEP 27580-000 Itaiaia - RJ

JMLV2 TRANSPORTES RODOVIARIO DE CARGAS LTDA EPP
CNPJ 29.313.888/0001-02 - Processo nº E-04/211/004783/2019
Auto de Infração nº 03.588262-8, de 03/03/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

G. ALVES TRANSMIE
CNPJ 18.996.191/0001-29 - Processo nº E-04/211/005677/2019
Auto de Infração nº 03.585316-7, de 12/03/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

GTI - LOG S/A
CNPJ 9.721.487/0012-29 - Processo nº E-04/211/004963/2019
Auto de Infração nº 03.587861-6, de 03/03/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

SILMA FERREIRA MARQUES TRANSPORTES
CNPJ 19.525.859/0001-67 - Processo nº E-04/211/004933/2019
Auto de Infração nº 03.585598-8, de 03/03/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

T.J.H TRANSPORTES EIRELI
CNPJ 21.905.127/0001-20 - Processo nº E-04/211/003030/2019
Auto de Infração nº 03.588053-5, de 08/02/2019
Valor reclamado: R\$ 2.046,98.

Id: 2176235

EDITAL

OS CONTRIBUINTES, abaixo, ficam notificados da extinção dos autos de infração relacionados a seguir, pelos motivos constantes nos respectivos processos administrativos, os quais se encontram à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 55/2019.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFE - 00.01 - BARREIRAS, TRANSITO E TRANSPORTES
Av. Presidente Vargas, 670/ 2º andar - Centro - CEP 20.071-001
Rio de Janeiro - RJ

APARAS BOA ESPERANCA DE PAPEIS LTDA
Inscrição Estadual 83.407.409 - Processo nº E-04/033/001220/2016
Auto de Infração nº 03.508539-8, de 24/11/2016
Valor reclamado: R\$ 1.171,12.

R T TRANSPORTES, LOCAÇÃO E PROMOÇÕES LTDA
CNPJ 13.323.792/0001-87 - Processo nº E-04/034/001506/2016
Auto de Infração nº 03.484867-4, de 28/12/2015
Valor reclamado: R\$ 1.220,36.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFE - 00.06 - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Presidente Vargas 670/ 2º Andar - Centro - CEP 20.071.001
Rio de Janeiro - RJ

MABELLE COMERCIAL DE ARTIGOS DE TOUCADOR LTDA
Inscrição Estadual 77.921.257 - Processo nº E-04/039/000760/2016
Auto de Infração nº 03.505272-9, de 09/11/2016
Valor reclamado: R\$ 702,85.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFE - 00.07 - SUPERMERCADOS E LOJAS DEPARTAMENTO
Av. Presidente Vargas 670/ 2º Andar - Centro - CEP 20.071.001
Rio de Janeiro - RJ

MERCADO VALENTE LTDA
Inscrição Estadual 80.268.157 - Processo nº E-04/040/000818/2016
Auto de Infração nº 03.398224-0, de 03/06/2016
Valor reclamado: R\$ 44,74.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFE - 00.11 - BEBIDAS
Av. Presidente Vargas 670/ 2º Andar Centro - CEP 20.071.001 Rio de Janeiro - RJ

ALLIED DOMEQO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Inscrição Estadual 83.581.719 - Processo nº E-04/044/000210/2016
Auto de Infração nº 03.507406-1, de 07/10/2016
Valor reclamado: R\$ 702,85.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFE - 00.12 - VEÍCULOS E MATERIAL VIÁRIO
Av. Presidente Vargas 670/ 2º Andar - Centro - CEP 20.071.001
Rio de Janeiro - RJ

KIOTO 2002 AUTOMOVEIS LTDA
Inscrição Estadual 78.716.940 - Processo nº E-04/045/000336/2016
Auto de Infração nº 03.510019-7, de 22/11/2016
Valor reclamado: R\$ 702,85.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 02.01 - ARARUAMA
Av. Getúlio Vargas, 603 Lj 6 Centro - CEP 28970-000 Araruama - RJ

MANOEL DO BAR
CPF 83.219.347-06 - Processo nº E-04/034/014530/2015
Auto de Infração nº 03.488167-2, de 24/11/2016
Valor reclamado: R\$ 1.220,36.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 04.01 - BARRA MANSA
Rua Barão de Guapi, 220, Centro - CEP 27345-040 Barra Mansa - RJ

EDIACAO FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA
Inscrição Estadual 79.105.680 - Processo nº E-04/012/002279/2015
Auto de Infração nº 03.485756-5, de 19/12/2015
Valor reclamado: R\$ 634,89.

F R MIRANDA ENVASILH E COM DE OLEOS LUBRIF AUT EM GE-
RAL LTDA EPP
Inscrição Estadual 78.992.522 - Processo nº E-04/026/000888/2016
Auto de Infração nº 03.355365-2, de 11/10/2016
Valor reclamado: R\$ 854,54.

PLASITA COMERCIO DE SUCATA LTDA
Inscrição Estadual 79.543.578 - Processo nº E-04/012/000013/2016
Auto de Infração nº 03.488991-5, de 04/12/2015
Valor reclamado: R\$ 634,89.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 10.01 - CAMPOS DOS GOYTACAZES
Av. Alberto Torres, 82 Centro - CEP 28010-117 Campos dos Goitacazes - RJ

GAVIAO DE OURO ELETROMOVEIS LTDA
Inscrição Estadual 84.533.300 - Processo nº E-04/014/000938/2016
Auto de Infração nº 03.489381-6, de 22/06/2016
Valor reclamado: R\$ 702,85.

GAVIAO DE OURO ELETROMOVEIS LTDA
Inscrição Estadual 84.533.300 - Processo nº E-04/014/001683/2016
Auto de Infração nº 03.508709-7, de 26/09/2016
Valor reclamado: R\$ 328,86.

MARTINS & FAUCONNET EIRELI - EPP
Inscrição Estadual 78.111.640 - Processo nº E-04/014/001292/2015
Auto de Infração nº 03.477445-5, de 20/08/2015
Valor reclamado: R\$ 564,35.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 17.01 - DUQUE DE CAXIAS
Av. Doutor Manuel Teles, nº 77, Sij - Centro - CEP 25010-090
Duque de Caxias - RJ

A L LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA
Inscrição Estadual 78.232.749 - Processo nº E-04/034/001408/2016
Auto de Infração nº 03.489146-5, de 30/11/2015
Valor reclamado: R\$ 1.220,36.

BRASIL SUPERLIDER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS
LTDA
Inscrição Estadual 87.079.787 - Processo nº E-04/034/008775/2016
Auto de Infração nº 03.508504-2, de 15/08/2016
Valor reclamado: R\$ 1.351,04.

BRASIL SUPERLIDER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS
LTDA
Inscrição Estadual 87.079.787 - Processo nº E-04/034/001720/2017
Auto de Infração nº 03.509695-6, de 31/08/2016
Valor reclamado: R\$ 1.351,04.

BRASIL SUPERLIDER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS
LTDA
Inscrição Estadual 87.079.787 - Processo nº E-04/034/000059/2017
Auto de Infração nº 03.510196-3, de 16/09/2016
Valor reclamado: R\$ 1.351,04.

JORGE LUIS FERREIRA DA COSTA
CPF 93.099.577-14 - Processo nº E-04/034/000300/2017
Auto de Infração nº 03.511637-5, de 19/09/2016
Valor reclamado: R\$ 1.386,08.

TASK LOGISTICA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA
Inscrição Estadual 79.159.557 - Processo nº E-04/034/011731/2015
Auto de Infração nº 03.481593-6, de 04/09/2015
Valor reclamado: R\$ 1.220,36.

VALDEMIR XAVIER RIBEIRO
CPF 965.255.177-53 - Processo nº E-04/033/000282/2017
Auto de Infração nº 03.509623-9, de 02/09/2016
Valor reclamado: R\$ 1.351,04.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 20.01 - ITAGUAI
Rua Dr. Curvelo Cavalcanti, 164 - Fundos Centro - CEP 23810-200
Itaguaí - RJ

CARNEIRO SANEAMENTO PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA
ME
Inscrição Estadual 77.894.594 - Processo nº E-04/018/000214/2016
Auto de Infração nº 03.456726-5, de 25/04/2016
Valor reclamado: R\$ 702,85.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 33.01 - NITEROI
Rua Marques de Paraná, 191, Sij - Centro - CEP 24030-215 Niterói - RJ

AVIRON COMERCIO DE ELETRO-ELETRONICO LTDA ME
Inscrição Estadual 79.489.905 - Processo nº E-04/022/000060/2016
Auto de Infração nº 03.485210-3, de 12/01/2016
Valor reclamado: R\$ 702,85.